

CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO  
DIAS TOFFOLI  
OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JR.  
*Coordenadores*

**ESTADO, DIREITO E DEMOCRACIA**  
**ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROF. DR. AUGUSTO ARAS**

1ª reimpressão

© 2022 Editora Fórum Ltda.  
2022 1ª Reimpressão

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

ES79 Estado, Direito e Democracia: estudos em homenagem ao Prof. Dr. Augusto Aras/ Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Dias Toffoli, Otávio Luiz Rodrigues Junior (Coord.). 1. Reimpressão. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

471 p; 17x24cm  
ISBN: 978-65-5518-245-3

1. Direito Administrativo. 2. Direito Civil. 3. Direito Constitucional. I. Ribeiro, Carlos Vinícius Alves. II. Toffoli, Dias. III. Rodrigues Junior, Otávio Luiz. IV. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves; TOFFOLI, Dias; RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz (Coord.). *Estado, Direito e Democracia: estudos em homenagem ao Prof. Dr. Augusto Aras*. 1. Reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 471 p. ISBN 978-65-5518-245-3.

## SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

<b>Carlos Vinícius Alves Ribeiro</b> .....	15
--	----

ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA NA AÇÃO DIRETA  
DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6.306 – PRESERVAÇÃO DA MÁXIMA  
EFETIVIDADE SOCIAL NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
TRABALHO

<b>ALBERTO BASTOS BALAZEIRO</b> .....	19
Introdução .....	19
1    Contextualização – a Medida Provisória nº 905 e a vinculação de “multas” decorrentes da atuação do Ministério Público do Trabalho .....	20
2    Os pontos essenciais da ADI nº 6.306 – inconstitucionalidade formal e material .....	22
3    Repercussões financeiras decorrentes da atuação finalística do Ministério Público – a reparação social mediante reversões como elemento inerente à tutela coletiva e à atuação do Ministério Público .....	23
Conclusão .....	26
Referências .....	27

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. FORÇAS ARMADAS E DEMOCRACIA

<b>ANTÔNIO PEREIRA DUARTE</b> .....	29
1    Prólogo .....	29
2    Breve digressão sobre o surgimento do Ministério Público Militar .....	30
3    A jurisdição militar no Estado Democrático de Direito .....	32
4    Forças Armadas e tutela das instituições democráticas .....	36
5    Atuação especializada do <i>Parquet</i> das armas .....	37
6    Avanços legislativos .....	40
Conclusão .....	45
Referências .....	46

ADI Nº 5.529: A PGR EM DEFESA DA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO  
FUNDAMENTAL À SAÚDE

<b>ARNOLDO WALD FILHO</b> .....	49
Introdução .....	49
Ajuizamento da ação .....	51
A pandemia e o pedido de tutela de urgência.....	52
Decisão de mérito.....	54

A modulação dos efeitos da decisão: tutela à saúde como elemento central.....	55
Conclusões. Impactos da decisão .....	56

<b>O DIREITO CIVIL MODERNO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO: UM ENSAIO</b> <b>EROLTHS CORTIANO JUNIOR</b> .....	59
Referências .....	65

<b>O MINISTÉRIO PÚBLICO, A AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A REPRESENTATIVIDADE DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS E O PAPEL DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA NO JULGAMENTO DO RE Nº 1.101.937/SP PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</b> <b>FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO</b> .....	67
1 O Ministério Público e a tutela dos interesses metaindividuais na Constituição Federal de 1988.....	67
2 O debate sobre os limites geográficos da ação civil pública levado ao Supremo Tribunal Federal nos autos do RE nº 1.101.937/SP .....	69
3 A representatividade do CNPG e seu ingresso como <i>amicus curiae</i> no RE nº 1.101.937/SP .....	70
4 O papel institucional do Procurador-Geral da República e a sua decisiva atuação nos autos do RE nº 1.101.937/SP .....	72
Referências .....	78

<b>QUANDO AS PRESUNÇÕES DEIXAM DE AJUDAR E PASSAM A TURVAR A COGNIÇÃO DO JULGADOR</b> <b>FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO</b> .....	81
1 Situação do problema .....	81
2 A jurisdição e o desafio de “conhecer a verdade” .....	83
3 Fatores que turbam a livre cognição do juiz.....	84
4 O sistema de presunções.....	85
4.1 Fundamento e utilidade das presunções.....	86
4.2 Presunções legais e presunções jurisdicionais.....	87
4.3 Quando as presunções impedem a cognição .....	87
5 Fundamentos e efeitos das “presunções fazendárias” .....	89
6 O juiz investido da defesa do interesse público secundário e a quebra da imparcialidade.....	89
7 Quando a presunção judiciária se transforma em negação da jurisdição plena: alguns exemplos.....	91
8 Conclusão .....	92

<b>A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO</b> <b>GUSTAVO TEPEDINO</b> .....	93
1 Introdução: a proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais na experiência brasileira. Sua projeção sobre o Direito privado, em particular nos direitos da personalidade .....	93

2	A influência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no Direito Contratual.....	99
3	A influência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais na responsabilidade civil .....	103
4	A influência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no direito de propriedade.....	108
5	A influência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no Direito de Família .....	111
6	Conclusão .....	114
	Referências .....	115

### O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O PODER JUDICIÁRIO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA ERA DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

<b>HUMBERTO MARTINS</b> .....	119	
1	Introdução .....	119
2	A importância da segurança jurídica para o desenvolvimento da economia .....	120
3	Dois casos de relevância do Superior Tribunal de Justiça para o sistema financeiro brasileiro.....	122
3.1	Compartilhamento de bancos de dados de cartórios e sistemas de proteção ao crédito .....	125
4	Conclusão .....	127
	Referências .....	128

### A CONSTRUÇÃO DO ARCABOUÇO JURÍDICO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

<b>IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO</b> .....	131
Referências .....	145

### O HOMEM, O ESTADO E O PODER

<b>IVES GANDRA DA SILVA MARTINS</b> .....	147
---	-----

### PARIDADE ELEITORAL DE GÊNERO: UMA BREVE ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DO ESTADO E DA JUSTIÇA

<b>JOÃO PAULO LORDELO</b> .....	157	
1	Introdução .....	157
2	A formação do Estado moderno: um pacto sexual .....	157
3	O domínio doméstico na historiografia constitucional .....	161
4	A paridade de gênero nas listas eleitorais: uma abordagem à luz de duas teorias de justiça .....	162
5	Conclusão .....	166
	Referências .....	167

## AINDA HÁ ESPAÇO PARA JARDINEIROS NO DIREITO?

<b>LENIO LUIZ STRECK</b> .....	169
1 Introdução .....	169
2 O retrato de uma crise anunciada .....	170
3 A técnica como religião secular e o realismo retrô brasileiro.....	173
4 À guisa de conclusão.....	175
Referências .....	176

## A AÇÃO POPULAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A CIDADANIA BRASILEIRA

<b>LUCIANO NUNES MAIA FREIRE</b> .....	177
1 Breves considerações sobre a história da ação popular no Brasil .....	177
2 A evolução do conceito de cidadania e suas implicações para a ação popular .....	182
3 Um antigo instrumento jurídico em uma nova realidade democrática .....	184
Referências .....	187

## CORRUPÇÃO NO BRASIL: A DURA LUTA PARA DESNATURALIZAR AS COISAS ERRADAS

<b>LUÍS ROBERTO BARROSO</b> .....	189
Parte I As raízes do atraso .....	189
I Introdução .....	189
II Origens remotas da corrupção no Brasil.....	190
III Causas imediatas da corrupção .....	191
IV Corrupção estrutural, sistêmica e institucionalizada. O pacto oligárquico .....	191
V Reação da sociedade e das instituições .....	191
Parte II Nada será como antes.....	193
A reação às mudanças: o pacto oligárquico contra-ataca .....	193
II O paralelo com a Itália.....	193
III Os custos da corrupção .....	194
IV A corrupção é crime violento, praticado por gente perigosa.....	195
V A tentativa de sequestro da narrativa.....	195
VI Conclusão: um novo paradigma .....	196
Referências .....	197

## AUTONOMIA PESSOAL, DESTINO, JULGAMENTOS E INSTITUIÇÕES NO BRASIL: NOTAS SOBRE UMA PERGUNTA E ALGUMAS RESPOSTAS

<b>LUIZ EDSON FACHIN</b> .....	199
Introdução .....	199
Um Brasil para Emily Dickinson .....	201
A Constituição e a constituição do Estado e da sociedade .....	203
Processos e pronunciamentos no quinquênio recente .....	205
Participação, democracia e desigualdade .....	210
Notas conclusivas.....	215

## JULGAMENTOS DIGITAIS E A VOCAÇÃO DA MODERNA ATIVIDADE JURISDICIONAL

<b>LUIZ FUX</b> .....	219
1 Itinerário da função jurisdicional.....	219
2 A recente experiência do Supremo Tribunal Federal: ampliação do julgamento eletrônico .....	222
3 O papel do Conselho Nacional de Justiça na expansão do processo digital e o funcionamento do “Juízo 100% Digital” .....	223
Referências .....	228

## LIBERDADE RELIGIOSA E RELAÇÕES DE TRABALHO. QUESTÕES CONTROVERTIDAS. AS ORGANIZAÇÕES DE TENDÊNCIA E O DEVER DE ACOMODAÇÃO RAZOÁVEL (*DUTY OF REASONABLE ACCOMMODATION*)

<b>MANOEL JORGE E SILVA NETO</b> .....	231
1 A justíssima homenagem ao Professor Antônio Augusto Brandão de Aras.....	231
1.1 Importância e atualidade do tema.....	232
2 A cláusula constitucional da não discriminação e as relações de trabalho.....	232
2.1 Discriminação legítima e ilegítima .....	233
2.2 Os empregadores de tendência religiosa.....	234
3 A proteção à liberdade religiosa no âmbito das relações de trabalho .....	235
3.1 Podem as organizações religiosas contratar exclusivamente empregados que professem a fé por elas abraçada?.....	235
3.2 O empregado Adventista do Sétimo Dia tem o direito de guardar os dias de sábado para o culto? .....	238
3.3 O desconto a título de dízimo ofende o princípio da intangibilidade salarial? .....	239
3.4 Existe vínculo de emprego entre o religioso e a entidade à qual está vinculado? .....	240
4 Conclusões .....	241
Referências .....	242

## O MINISTÉRIO PÚBLICO E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA

<b>MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA</b> .....	245
Política/Democracia/Democracia/Política .....	247
Referências .....	252

## OSUPREMO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>MARCO AURÉLIO MELLO</b> .....	255
Introdução .....	255
1 A consagração dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	255
2 Desafios ao Estado Democrático de Direito e à dogmática jurídica.....	257
3 A influência do Judiciário na cultura .....	258
4 Democracia participativa na Era Digital .....	259
Conclusão.....	261

## A CONSTITUIÇÃO AMEAÇADA: CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E PRÁTICAS ATENTATÓRIAS AO REGIME DEMOCRÁTICO

<b>MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO</b> .....	263
Introdução .....	263
1    Por que o Brasil não precisa de uma nova Constituição.....	264
2    Forças Armadas, intervenção militar e a ordem jurídico-constitucional .....	265
3    Constitucionalismo abusivo e a democracia ameaçada.....	268
Considerações finais .....	269
Referências .....	271

## O USO REMUNERADO DA FAIXA DE DOMÍNIO: ANÁLISE DE PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DO PRAGMATISMO JURÍDICO

<b>MAURO CAMPBELL MARQUES</b> .....	273
1    Introdução .....	273
2    Breves notas sobre o pragmatismo jurídico.....	274
3    Dos bens públicos.....	275
3.1  Conceitos introdutórios .....	275
3.2  Do enquadramento normativo da faixa de domínio e suas implicações .....	277
4    Do uso remunerado ou não da faixa de domínio .....	277
4.1  Breve resgate dos argumentos da doutrina administrativista sobre o tema .....	277
4.2  Dos fatos e fundamentos decisórios de precedente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema .....	280
4.3  Dos fatos e fundamentos decisórios de precedente do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema .....	282
4.4  Da distinção entre os fundamentos decisórios dos precedentes do Supremo Tribunal Federal <i>versus</i> o proferido pelo Superior Tribunal de Justiça .....	285
5    Considerações finais.....	286
Referências .....	287

## A AUTONOMIA, A OLIGARQUIZAÇÃO E A DEMOCRACIA INTERNA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

<b>OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR</b> .....	289
Conclusão .....	302
Referências .....	304

## O PAPEL DA OUVIDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO</b> .....	307
Referências .....	316

**OBRAS, MONUMENTOS E LIBERDADE**

<b>PAULO GUSTAVO GONET BRANCO</b> .....	319
---	-----

**PANDEMIA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E FRATERNIDADE**

<b>REYNALDO SOARES DA FONSECA</b> .....	329
1 Introdução: eminente Procurador-Geral da República e Professor Augusto Aras .....	329
2 Pandemia, direito e fraternidade .....	330
3 A fraternidade como princípio jurídico e político .....	333
4 A atividade financeira do Estado.....	335
5 O direito fraterno e o financiamento de direitos sociais no contexto de crise sanitária .....	338
6 Considerações finais .....	340
Referências .....	341

**MULTIPARTIDARISMO, A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97/2017 E O CAMINHO PERCORRIDO PELO BRASIL**

<b>RICHARD PAE KIM</b> .....	343
1 Introdução .....	343
2 Partidos políticos e suas funções .....	344
3 Bipartidarismo e multipartidarismo .....	349
4 Multipartidarismo e o caminho percorrido pelo Brasil .....	351
5 Necessárias reformas .....	354
5.1 Cláusula de barreira ou cláusula de desempenho? .....	355
5.2 (In)fidelidade partidária .....	358
5.3 O problema do individualismo político e a solução pretendida com a aprovação da Emenda Constitucional nº 97/2017 .....	362
5.4 Regras sobre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos .....	364
6 Considerações finais .....	365
Referências .....	368

**DIVIDIR PARA AVANÇAR: UMA NOVA PROPOSTA PARA AS COLABORAÇÕES PREMIADAS**

<b>RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH</b> .....	371
I Introdução .....	371
II O programa de leniência do Cade .....	373
III Negociação dos acordos de leniência perante o Cade.....	374
IV <i>Chinese wall</i> e os acordos de leniência .....	375
V A proteção do proponente da leniência no curso das negociações.....	377
VI Conclusão .....	378
Referências .....	379

## AS FRICÇÕES ENTRE O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E OS DEMAIS PODERES: AUTOCONTENÇÃO E PRUDÊNCIA

<b>RODRIGO CAPEZ</b> .....	381
1 O Ministro Dias Toffoli e o papel moderador da jurisdição constitucional .....	381
2 As fricções inerentes ao exercício da jurisdição constitucional.....	382
3 A liberdade de conformação do legislador .....	383
4 O controle jurisdicional das opções políticas fundamentais dos demais poderes.....	384
5 Deslocamento do baricentro do poder e comprometimento do diálogo institucional .....	387
6 A autocontenção da jurisdição constitucional como forma de distensionar a relação entre os poderes.....	390
7 Conclusão .....	393
Referências .....	393

## CHECKS AND BALANCES, PODER LEGISLATIVO E O SUSTENTÁCULO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO</b> .....	395
Referências .....	402

## A DECADÊNCIA E A LIMITAÇÃO DOS PODERES JURÍDICOS

<b>RODRIGO XAVIER LEONARDO</b> .....	403
I Introdução .....	403
II As origens da decadência e a limitação ao poder: os elementos do fato jurídico .....	403
III A decadência como fato jurídico: suporte fático, eficácia e função .....	405
IV Considerações finais .....	407
Referências .....	408

## CONSTITUCIONALISMO IDÍLICO

<b>SAMUEL SALES FONTELES</b> .....	411
1 Introdução .....	411
2 A visão idílica do Direito Constitucional: a Constituição como um tipo narcisista de escolha objetual .....	412
2.1 O controle de <i>moralidade</i> difuso e concentrado como um mecanismo oculto a serviço do constitucionalismo idílico .....	415
2.2 Do fundamento constitucional invocado pelos intérpretes idílicos: o art. 3º, I, CF/88 e a problemática de uma ideia intuitiva de justiça .....	416
2.3 A doutrina de Carlos Ayres Britto como um tipo ideal representativo do constitucionalismo idílico.....	417
2.4 Objeções à ideia intuitiva de justiça e desconstrução da visão idílica da Constituição como justiça abstrata: aceitando a realidade como ela é.....	418
2.4.1 Injustiça constitucional estrutural ou congênita: sub-representação de negros e mulheres, coação na feitura da Constituição e introdução clandestina de dispositivos no texto constitucional.....	420

2.4.2	Injustiça constitucional material I: sufrágio “universal” não franqueado a todos os brasileiros adultos e capazes .....	421
2.4.3	Injustiça constitucional material II: a desproporcionalidade do texto constitucional.....	424
3	Conclusão .....	425
	Referências .....	426

## MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNCIONAIS

<b>SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA</b> .....	429	
1	Introdução .....	429
2	Desnecessidade de representação do ofendido como requisito de procedibilidade para a persecução administrativa disciplinar .....	429
3	Vedação de censura prévia e estabelecimento da liberdade de expressão como cláusula pétrea.....	431
4	Manifestações públicas dos membros do Ministério Público brasileiro.....	433
5	Necessidade de observância aos deveres funcionais do cargo. Limites à liberdade de expressão.....	436
6	Infrações disciplinares decorrentes do abuso do direito à livre expressão do pensamento e ao direito de crítica. Necessidade de tipicidade, de justa causa e de plausibilidade da imputação para abertura do PAD .....	438
7	Conclusão .....	441
	Referências .....	442

## DESAFIOS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

<b>SÉRGIO SILVEIRA BANHOS</b> .....	443
Referências .....	449

## DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO BRASIL. UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

<b>VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO</b> .....	451	
1	Introdução .....	451
2	Em busca de um conceito e função para o Direito Administrativo Sancionador.....	453
3	Dificuldades enfrentadas pelo Direito Administrativo Sancionador no Brasil .....	455
3.1	Federalismo despreocupado com a sistematização do Direito Administrativo Sancionador.....	456
3.2	Falta de um catálogo de direitos e institutos do Direito Penal que possam ser transportados para o Direito Administrativo Sancionador. ....	457
3.3	Dúvidas sobre os limites de atuação punitiva do Administrador diante do princípio da legalidade.....	458
3.4	Falta de uma lei geral no Brasil sobre Direito Administrativo Sancionador .....	459
4	Sugestões para o aprimoramento do Direito Administrativo Sancionador brasileiro .....	460

4.1	Incentivo à especialidade em detrimento da generalidade.....	461
4.2	Estímulo à colegialidade e participação popular nos órgãos de controle.....	461
4.3	Apoio à transação.....	461
4.4	Preocupação maior com a função ordenadora/regulatória do Direito Administrativo Sancionador .....	462
4.5	Empoderamento maior das autoridades com poder sancionatório para a adoção de sistemas punitivos do modo independente .....	463
5	Conclusões.....	463
	Referências .....	464
	<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>467</b>